

# A nação pela pluma Natureza e sociedade no Museu do Índio (Rio de Janeiro, 1953-1957)

**Paulo Henrique Martinez<sup>1</sup>**

1. Docente no Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. E-mail: <martinezph@uol.com.br>.

**RESUMO:** A história política do Museu do Índio, criado em 1953, no Rio de Janeiro, sob a orientação institucional do antropólogo Darcy Ribeiro, permite conhecer algumas relações sociais estabelecidas em torno de elementos da natureza no Brasil. O estudo do momento inicial na constituição deste patrimônio cultural, de sua história e das disputas que gerou, inclusive na memória, é realizado a partir da noção de “coerência ilusória” de uma geração de etnólogos, militares e intelectuais e da ação do Estado nacional brasileiro na década de 1950. As fontes e documentação consultadas são de natureza arquivística, jornalística e bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Darcy Ribeiro. História Ambiental. Museu do Índio. Nação. Natureza. Política.

**ABSTRACT:** The political history of the Museu do Índio, founded in 1953 in Rio de Janeiro under the institutional guiding of the anthropologist Darcy Ribeiro, enables to establish some social relations with elements of nature in Brazil. The study of the initial moment of the constitution of this cultural heritage, its history and the disputes it begot, even in memory, starts from the notion of “deceptive coherence” of a generation of ethnologists, intellectuals and of the military and the Brazilian National State policies in the 50s. The consulted sources and documentation are journalistic, bibliographic and archivistic.

**KEYWORDS:** Darcy Ribeiro. Environmental History. Museu do Índio. Nation. Nature. Policies.

A proposta de estudar o Museu do Índio derivou da minha experiência no programa de pós-doutorado realizado junto ao Museu Paulista, entre 2006 e 2007, sob a supervisão da professora doutora Cecília Helena de Salles Oliveira. Naquela ocasião, os debates promovidos pelo encontro “A escrita da História

2. Ver Martinez (2007, 2011 e 2012).

3. Cf. Brasil (2003, p. 8).

4. Ver Lima (2002, p. 165).

5. Cf. Poulot (2005b, p. 209-215).

6. Ver Poulot (2001, p. 210).

nos museus” e a oportunidade de nele participar suscitaram outras indagações e inquietações de pesquisa<sup>2</sup>. Uma parte delas é apresentada nestas páginas.

A orientação para a valorização do patrimônio cultural presente na Política Nacional de Museus, desenvolvida a partir de 2003, pelo Ministério da Cultura, sugeriu atenção para a “dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza”<sup>3</sup>. O papel que a cultura pode ocupar na gestão ambiental encontra nas articulações entre temas e questões da História Ambiental e das práticas museológicas no Brasil um estimulante caminho para sua compreensão e questionamento pelo conhecimento histórico.

A organização e o funcionamento do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, na década de 1950, oferecem diversos elementos para a reflexão sobre as relações que permearam a dimensão cultural na perspectiva apontada naquela política pública para o Brasil. Pode-se conhecer também o esforço de construção de uma identidade social sobre os “sertões”, as extensas áreas desconhecidas e isentas da ação e do controle da administração pública, e o urbano, a sociedade industrial e as populações indígenas, as cidades costeiras e o interior do país, mediada pela ação do Estado brasileiro, visto que o Museu teve sua origem e vinculação institucional junto ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI)<sup>4</sup>.

No empreendimento desta abordagem as formulações de Dominique Poulot para o que denomina uma história política dos museus revelaram-se fecundas. A opção metodológica de investigação conduz a busca para compreender o patrimônio como uma relação social construída e que têm os conteúdos definidos pelos laços de uma sociedade com seus próprios interesses conjunturais<sup>5</sup>. Estes vínculos são constituídos a partir de entrelaçamentos de múltiplas dimensões da vida social, podendo ser científicas, educacionais e culturais, da participação e da democracia, de inclusão social, de direitos e reivindicações, do nacionalismo, do desenvolvimento econômico ou de outra natureza.

O exercício crítico reside em apanhar os paradoxos e ambigüidades das identidades construídas historicamente e as intenções contidas no fato “patrimônio”. O percurso trilhado foi conhecer a história e a memória deste patrimônio, o Museu do Índio, tomado em um conjunto de aspectos – indivíduos, legislação, ações, critérios, políticas e a própria instituição – a partir da noção de “coerência ilusória”. Segundo Poulot, esta noção traduz a elaboração de doutrinas de ação consciente em relação ao passado e ao patrimônio, mediante o enquadramento de obras e objetos, monumentos, espaços e tradições, em um dado momento da vida social, como produtos de escolhas reinventadas a cada geração. A análise de tais práticas concretas pela identificação do “projeto e do processo de apropriação e de transmissão” das heranças que estes reivindicam alimentam a tomada de consciência e instauram o “patrimônio”<sup>6</sup>. Ao historiador compete explicitar como são forjadas essas identidades e as heranças reivindicadas, flagrar as identidades no momento de sua própria construção. O desvendamento de vínculos entre as políticas culturais, os poderes estatais e o

etnocentrismo nos museus também pode derivar desta atenção do conhecimento histórico<sup>7</sup>. A organização e funcionamento do Museu do Índio no Rio de Janeiro, entre 1953 e 1957, são examinados aqui segundo essas diretrizes interpretativas.

### Ações institucionais do Serviço de Proteção aos Índios

No período em que estive à frente do SPI, entre 1950 e 1954, José Maria da Gama Malcher contratou etnólogos e entregou a eles a direção de alguns setores deste órgão nacional. Segundo Darcy Ribeiro, o objetivo na gestão de Malcher era de “substituir a antiga ideologia positivista, evidentemente superada, por uma orientação científica moderna”<sup>8</sup>. O próprio Darcy assumiu a Seção de Estudos do SPI, em 1952, quando já possuía experiência em pesquisa etnológica e teria desencadeado atividades responsáveis por um novo impulso na instituição<sup>9</sup>. A implantação do museu correspondeu ao período em que Darcy Ribeiro dirigiu aquela Seção de Estudos. Foi também neste período que o general Candido Mariano da Silva Rondon, diretor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), obteve autorização para instalar a Seção no edifício da Rua Mata Machado, pertencente ao Ministério da Agricultura, ainda hoje existente e localizado diante do portão 14 do estádio do Maracanã. Ali, seria inaugurado o Museu do Índio, com abertura oficial, em 19 de abril de 1953. Em 1978, o Museu foi transferido para novo endereço, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro<sup>10</sup>.

Em 1910, a criação do SPI e a nomeação de Candido Mariano da Silva Rondon para dirigi-lo foram resultados da atuação de militares e intelectuais, muitos deles marcados pela orientação doutrinária do Positivismo, dedicados à incorporação dos povos indígenas à nação brasileira sob a proteção do governo federal. As condições físicas e morais para que os diferentes grupos indígenas presentes no território brasileiro fossem absorvidos na sociedade nacional seriam promovidas e asseguradas pelo SPI. A atuação do órgão esteve voltada para a localização, o contato e a promoção da coexistência pacífica entre colonizadores e indígenas. A consecução desses objetivos era buscada mediante a demarcação de terras, proteção contra a violência, alfabetização, ensino de práticas agrícolas, assistência médica, aprendizagem de ofícios rurais e artesanais e a disseminação de atitudes cívicas de cunho nacionalista.

A Constituição brasileira de 1934 estipulou que a política indigenista seria exclusiva da esfera federal e esta disposição permaneceu nos textos constitucionais de 1937 e 1946. Entre 1940 e 1957, o SPI conheceu o auge de seu prestígio institucional com a proposição, em 1952, da criação do Parque Nacional do Xingu, ocorrida em 1961, a implantação do Museu do Índio, em 1953, e o funcionamento de 106 postos de assistência, em 1955. Na opinião de Mércio Pereira Gomes, a partir de 1957, o SPI conheceu o declínio do prestígio administrativo e ideológico que desfrutara em anos precedentes<sup>11</sup>. A

7. Cf. Meneses (1993).

8. Ver Ribeiro (1977, p. 147).

9. Ver Rondinelli (1997, p. 17). As pesquisas etnológicas de Darcy Ribeiro estão registradas em artigos publicados na primeira metade da década de 1950 e em Ribeiro (2006).

10. Ver Rondinelli (1997, p. 17).

11. Ver Gomes (1988, p. 86-87).

12. Cf. Davis (1978, p. 32).

13. Ver Ribeiro (1957b).

14. Cf. Gagliardi (1989) e Lima (1995).

15. Ver Ribeiro (1977, p. 148).

16. Ver Garfield (2000, p. 16) e Lenharo (1986).

17. Cf. Menezes (2000).

Seção de Estudos foi extinta, houve a entrega da direção de postos indígenas a missionários religiosos, descaso em ações de contato e fiscalização por parte do SPI<sup>12</sup>. A década de 1950 também registrou drástica redução da população indígena no país, quando esta teria alcançado cerca de 100 mil indivíduos. Em época posterior este contingente populacional iria subir lentamente<sup>13</sup>.

A conduta ética e administrativa que orientou a atuação do SPI, apesar de ser pouco valorizada, politicamente fraca, magras dotações financeiras e corrompida por desvios pessoais de funcionários e dirigentes em distintos momentos de sua trajetória institucional, assegurou a responsabilidade nacional pelo destino das populações indígenas no Brasil. Em 1955, após as eleições presidenciais de outubro, a direção do SPI foi entregue ao PTB, submetendo as suas atividades à dinâmica da política partidária e aos fins eleitorais da ação institucional. A reação de técnicos e funcionários resultou na retirada do SPI da influência política dos partidos, em 1957<sup>14</sup>. Segundo Darcy Ribeiro, "o custo dessa vitória foi a classificação do SPI como 'órgão de interesse militar', cuja direção poderia ser entregue a oficiais da ativa"<sup>15</sup>. As novas perspectivas entrevistas para o funcionamento do SPI, por um lado, e as possibilidades de atuação em outro campo, o dos assuntos educacionais, afastaram Darcy Ribeiro da Seção de Estudos e do Museu do Índio. Ele seria substituído por Nilo Oliveira Vellozo.

O Estado Novo promovera a "Marcha para oeste", um discurso ideológico visando a estimular a incorporação territorial e econômica do Brasil central e de suas populações sertanejas e indígenas<sup>16</sup>. A expansão em direção ao centro-oeste do país foi marcada pela colonização induzida e espontânea e a formação do mercado de terras disputadas pelo capital privado, o governo estadual mato-grossense, grupos indígenas, órgãos civis e militares da administração federal. Ao longo da década de 1950, as áreas do norte de Mato Grosso e sul do Pará conheceram conflitos em torno dos interesses e necessidades de transportes, comunicação, aviação civil e militar, campos de pouso, projetos de colonização agrícola, mineração, política indigenista e povoamento da região.

A ação governamental teve início com a organização, em junho de 1943, de uma expedição exploratória da serra do Roncador e do vale do rio Xingu, na qual tiveram participação marcante os irmãos Claudio, Leonardo e Orlando Villas Boas. Em outubro daquele ano foi criada a Fundação Brasil Central, que incorporou bens, serviços e alguns dos objetivos da Expedição Roncador-Xingu. A intensificação de contatos interétnicos na região central do país acarretou também altos índices de depopulação nos distintos grupos indígenas. A Fundação estaria no cerne de disputas e conflitos sociais e interinstitucionais na década de 1950 e que resultaram na criação do Parque Nacional do Xingu<sup>17</sup>.

O redesenho dos territórios indígenas xinguanos que deu contorno ao Parque foi o prenúncio de mudanças na política indigenista brasileira, caracterizada pelo afastamento do rondonismo e a constituição de novas práticas institucionais no SPI. Segundo Egon Schaden, esta rotação de perspectivas fora partilhada pelo próprio Rondon, em conversa que tiveram em 1949. A formalização da proposta de criação do Parque do Xingu data de 1952, quando

foi concebido na forma de um Ante-Projeto de Lei. A comissão que esteve à frente de sua elaboração e fundamentação contou com a participação de Darcy Ribeiro, ao lado do Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim, presidente, Heloisa Alberto Torres e Orlando Villas Boas. Em linhas gerais, o projeto e a política que abalizava propunham a associação da preservação da natureza e dos povos indígenas, uma articulação entre o ser humano e o ambiente, como instrumento da proteção física e cultural dos habitantes originários do alto Xingu. Na Justificação ao Ante-Projeto de Lei encontra-se a seguinte afirmação: “assegurar as condições necessárias para preservar o sistema de adaptação ecológica desenvolvido numa experiência milenar e que constitui um patrimônio inestimável”<sup>18</sup>.

A formulação pretendia assegurar a sobrevivência e amenizar a transição após o contato com a sociedade nacional em expansão e que tão dura e diretamente afetava a incorporação social dos indígenas. O controle estatal e o poder tutelar do SPI deveriam conduzir essa transição. O Parque Nacional do Xingu cristalizou a “representação idílica de um paraíso”, construída e alimentada, desde a década de 1940, em livros, filmes, fotografias, reportagens em jornais e revistas, palestras, obras literárias e visitas de personalidades políticas ao local<sup>19</sup>. A sua existência, na compreensão de seus idealizadores, obraria como uma espécie de “vitrine da política indigenista nacional”<sup>20</sup>.

Na década de 1950, a coincidência entre a ação institucional do SPI e a dramática situação em que eram lançadas as populações indígenas – pauperismo, doenças, fome, depopulação, perda de terras ancestrais, desagregação social – atesta o sentido da ação do estado brasileiro. A legitimação da expansão econômica e das hierarquias sociais e políticas presentes na incorporação subordinada de novos contingentes demográficos e fundos territoriais, particularmente no Brasil central. Um processo expansionista que irá culminar com a construção da nova capital da República e a inauguração de Brasília, em 1960<sup>21</sup>. Novas práticas administrativas e a mobilização de conhecimentos especializados, técnicos e científicos foram adotadas e ganhariam vida no recrutamento de funcionários e de intelectuais pelo SPI, para além de engenheiros e militares, sob a inspiração aberta do indigenismo mexicano<sup>22</sup>.

É dentro e a partir do conhecimento destas proposições que podemos compreender o Museu do Índio nos seus primeiros anos de atividade.

## As atividades do Museu do Índio

Na ditadura do Estado Novo (1937-1945) o decreto 10.652, de 16 de outubro de 1942, apresentou o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, que atuava naquele momento junto ao Ministério da Agricultura. O novo regimento estabeleceu o funcionamento de uma *Seção de Estudos* na sede do SPI na capital nacional, o Rio de Janeiro. As atribuições fixadas para a Seção de Estudos previam, além do desenvolvimento dos “estudos” propriamente ditos:

18. O texto está reproduzido em anexo a Menezes (2000, p. 333-345). A citação é da p. 340.

19. São expressivos: Callado (2010 [1953], 1967).

20. Menezes (2000, p. 86 e 25).

21. Ver Lenharo (1986).

22. Cf. Lima (2002).

23. Decreto Nº 10.652 - de 16 de outubro de 1942: Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Grifos meus.

24. Ver Marques (1953, p. 30-31).

25. Ver Holanda (1958, p. 22-24) e Trigueiros (1958, p. 88-89).

26. Ver Aldé (2007, p. 9). Em visita que realizei ao local, em fevereiro de 2010, a situação permanecia inalterada.

“h) manter um *museu* na sede e mostruários nas Inspetorias, com artefatos, filmes cinematográficos, gravações sonoras e documentação fotográfica sobre o índio e sobre as realizações que em seu benefício sejam levadas a efeito pelo SPI;”

i) “promover a divulgação dos vários aspectos da vida indígena, através de conferências ilustradas e exposições, despertando o interesse do público pelo índio”<sup>23</sup>.

No Maracanã, em casarão construído no século XIX, que anteriormente abrigara o Instituto Biológico instalou-se o Museu do Índio. Poucos meses depois, ele foi alvo de reportagem que simulava uma visita, descrita na revista semanal *Manchete*. Em matéria assinada por Sarah Marques, publicada em outubro de 1953, o Museu foi apresentado como o mais novo e moderno da cidade. O prédio, as salas, as exposições e seus objetos são conhecidos pelo acompanhamento dos passos e as reações da visitante imaginária, Janet, retratadas em fotos colorizadas<sup>24</sup>. O Museu receberia atenção também em outras duas publicações dedicadas aos temas educacionais e museus, objetos da Conferência Latino Americana do Conselho Internacional de Museus (ICOM), ocorrida no Rio de Janeiro, em 1958<sup>25</sup>.

Vinte anos depois, com a transferência do Museu do Índio para Botafogo, o velho casarão foi vítima do descaso e passou por rápido e intenso processo de degradação. Em 2006, militantes das causas indígenas de diferentes etnias promoveram a ocupação do edifício e lá permaneceram. Os ocupantes reivindicam a cessão do prédio pelo Ministério da Agricultura, para sua restauração e preservação, diante da ameaça de demolição pelas obras no estádio que sediou a final da Copa de 1950, agora para recebê-la em 2014<sup>26</sup>.

As atividades realizadas pelo Museu do Índio nos primeiros anos de funcionamento podem ser conhecidas pela principal fonte de informações, a documentação institucional existente em seu arquivo. Esta é composta de material variado, como relatórios, ofícios, registros de visitação e das coleções etnográficas, catálogos, cartas, publicações institucionais. Consultei este acervo para a periodização aqui observada, entre 1953 e 1957. A parte que não foi pesquisada refere-se ao material de natureza áudio-visual que reúne filmes, fotografias e registros sonoros. Os textos de autoria de Darcy Ribeiro, pôsteros ou contemporâneos ao período estudado, são elucidativos e informativos sobre as propostas que nortearam a implantação do Museu do Índio. A maior parte da pesquisa foi realizada em março de 2008, com consulta ao arquivo textual, biblioteca e visita técnica para conhecer algo do acervo e as principais coleções. Em fevereiro de 2010 voltei ao Rio de Janeiro, quando pude completar dados e informações, na biblioteca, e percorrer as áreas interna e externa da sede original do Museu. Lamentavelmente, não foi examinado o acervo da Fundação Darcy Ribeiro, que guarda livros e documentos pessoais deste antropólogo.

A publicação de estudos sistemáticos, memorialísticos ou factuais sobre o Museu do Índio é módica. As informações disponíveis provêm de textos esparsos e publicações avulsas, de caráter geral ou pontual<sup>27</sup>. O esforço para a elaboração de uma história política do Museu recaiu, inicialmente, na busca de conhecimento sobre o cotidiano das atividades e rotinas de funcionamento. Em seguida, foram

examinados registros sobre o Museu de autoria de Guy de Hollanda, Santos Trigueiros e do próprio Darcy Ribeiro, com a finalidade de conhecer a imagem pública que difundiram desta instituição museológica. Este percurso possibilitou apreender a construção e a operacionalidade da “coerência ilusória” que animou a criação e a implantação do Museu do Índio no Rio de Janeiro.

Na avaliação de Rosely Curi Rondinelli, o Museu não foi resultado de um ato deliberado de criação e organização. Antes, a efetivação do previsto no Regimento do SPI “foi surgindo aos poucos, a partir do acervo acumulado na Seção de Estudos, acervo este oriundo das viagens e estudos promovidos pelo SPI”<sup>28</sup>. Guy de Hollanda informa ainda que, além da documentação e do material reunido em dez anos de existência e atuação dos etnólogos da Seção de Estudos, o acervo reunia coleções formadas por Candido Rondon, seus colaboradores e pela, então, recente aquisição de “parte da coleção etnográfica do extinto Museu Simões da Silva”<sup>29</sup>.

Os relatórios de atividades do Museu constituem fonte de informações, rica e diversificada, sobre a instituição. Aqueles referentes ao período 1953 a 1957 têm como características recorrentes o fato de terem sido realizados mensal e anualmente. Apresentam-se em folhas datilografadas, papel timbrado do Ministério da Agricultura, muitas vezes com informações complementares manuscritas no próprio documento. Estão redigidos, e às vezes assinados, pela mesma pessoa, Geraldo Pitaguary, identificado como “museologista do SPI”. Os relatórios estão escritos sob a forma de ofícios informativos, dirigidos ao Chefe da Seção de Estudos. A série de relatórios não está completa, ao contrário, é bastante lacunar como demonstrado no Quadro I.

Quadro 1 – Relatórios mensais e anuais do Museu do Índio (1953-1957).

Data	1953	1954	1955	1956	1957	Total
Janeiro	-	X		X		2
Fevereiro	-	X				1
Março	-					-
Abril*					X	1
Maior					X	1
Junho			X			1
Julho			X			1
Agosto			X		X	2
Setembro			X		X	2
Outubro			X		X	2
Novembro	X	X	X			3
Dezembro			X			1
Anual		X				1
Total	1	4	7	1	5	18

\* O Museu foi aberto ao público em abril de 1953.

27. Destaco Menezes (2001; 1987), Brasil (s.d., 1983). Há mais de vinte anos é editado um boletim, *Museu ao Vivo*. Houve ainda a publicação Chagas (2009).

28. Ver Rondinelli (1997, p. 16).

29. Hollanda (1958, p. 23).

O universo ideal seria composto de 57 meses, mas apenas 17 estão disponíveis, e dos cinco supostos relatórios anuais, apenas o de 1954 encontrava-se no arquivo textual. A amostragem numérica apesar de restrita é significativa, correspondendo a quase 30% do período estudado, enquanto os relatórios anuais representam apenas 20%. A fragmentação na seqüência temporal também é outra característica desta documentação, dispondo de séries contínuas de apenas sete meses, de junho a dezembro de 1955, e de três meses, agosto a outubro de 1957. O período melhor documentado coincide com a passagem de Darcy Ribeiro pela Seção de Estudos do SPI. Em geral, os relatórios assemelham ser cópias preservadas, por algum motivo não aparente, trazendo nota manuscrita no alto da página o mês a que se refere o documento<sup>30</sup>.

A leituras destes relatórios revela a existência de preocupações com o incremento e a valorização de qualificação técnica institucional e de profissionais atuantes em museus. A sintonia entre a comunidade de profissionais de museus, particularmente, do Rio de Janeiro, e as articulações no âmbito internacional é patente na participação do Brasil, ao lado de outros 25 países, na criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em novembro de 1946. O ICOM expandiu-se rapidamente, dois anos depois já era integrado por 53 países. Em 1950, o aprimoramento técnico nas atividades dos museus resultara na criação, no âmbito do ICOM, de um comitê especializado dedicado a temas como as coleções, conservação, inventários e educação. Já o comitê brasileiro do ICOM foi organizado em janeiro de 1948 e contou com a participação de Gustavo Barroso, do Museu Histórico Nacional, e de Heloisa Alberto Torres, do Museu Nacional, entre outros expoentes de nossas instituições museológicas.

Esta trajetória ajuda a compreender a assimilação prática precedendo, na primeira metade da década de 1950, a sistematização e a proclamação de diretrizes institucionais. Estas predominariam crescentemente a partir da sua segunda metade. Em 1956 ocorreu o I Congresso Nacional de Museus, reunindo uma centena de participantes em Ouro Preto. Em 1958, no Rio de Janeiro, aconteceu o Seminário Regional sobre a função educativa dos Museus, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), surgida em 1946<sup>31</sup>. Entre as suas realizações, associada ao Conselho Internacional de Museus, a entidade das Nações Unidas reservava aos museus a promoção da educação, da cultura, das ciências e da paz. Nas suas inquietações figurava a renovação dos museus frente aos destinos do patrimônio, sob o risco de destruição e de perdas irreparáveis, como atestava a experiência da II Guerra Mundial, e com a necessidade de condutas éticas diante dele. Houve, no âmbito da UNESCO/ICOM, a valorização das práticas de conservação e de restauração dos acervos culturais, museológicos e patrimoniais.

Um espírito de tecnificação parece ter sido o traço distintivo no período, mais do que a busca de renovação propriamente dita nas instituições museológicas e das narrativas construídas em seus acervos, coleções e exposições. As ações que deram corpo a essa orientação podem ser vistas, ainda, na organização de cursos para a formação de profissionais em conservação e restauro, em Roma,

em 1958<sup>32</sup>. A publicação pela UNESCO, no ano seguinte, de fascículo da série Museu e Monumentos, contendo conselhos práticos na organização de museus – papel institucional, administração, pessoal, pesquisa, visitação, educação, laboratórios, coleções, exposições e arquitetura – aponta no mesmo sentido<sup>33</sup>.

No Museu do Índio os relatórios de atividades foram elaborados por Geraldo Pitaguary. Ele esteve encarregado do Museu do Índio a partir de 1º de novembro de 1950. Anteriormente, em outubro, já havia expedido ao chefe da Seção de Estudos uma relação de coleções de artefatos indígenas. O documento informava que as coleções foram adquiridas por ele, em viagem realizada à Ilha do Bananal, entre maio e julho. Fez constar também o número de coleções, os grupos indígenas de onde procediam, a descrição das peças e o valor pago em cada coleção<sup>34</sup>. Ao que tudo indica este funcionário esteve empregado em trabalhos de campo do SPI e da própria Seção de Estudos, quando assumiu aquele encargo.

O primeiro relatório mensal disponível no arquivo textual do Museu é o referente a novembro de 1953. Ele está assinado por Pitaguary, identificado como “conservador, encarregado do Museu do Índio”<sup>35</sup>. Já no relatório de novembro de 1954, sua assinatura é identificada simplesmente como “museologista”. No relatório anual do mesmo ano, o funcionário fez observações e comentários sobre diversos serviços ali desenvolvidos. Um deles é precedido pela seguinte informação: “Quando do reinício de nosso trabalho, após estágio na França”. Neste relatório e nos seguintes, Geraldo Pitaguary passou a ser identificado como “museologista do SPI”. Ao que tudo indica, no período decorrido entre março e outubro de 1954, teria havido a oportunidade e a possibilidade de oferecer a qualificação profissional do funcionário e a adequação técnica no desempenho das atividades do Museu e como demonstram as ações e observações técnicas, a partir daí, por ele desenvolvidas. A documentação disponível, os relatórios de janeiro e fevereiro, não registra aquela designação e há o anúncio de retomada das atividades, posterior à estadia do funcionário na França. Esta situação talvez explique o vácuo de relatórios mensais referentes ao período de março a outubro de 1954, visível no Quadro I. Os relatórios oferecem algo do cotidiano do Museu do Índio e possibilitam a apreensão da “coerência ilusória” que o orientou na década de 1950, quando confrontada com relatos contemporâneos e memorialísticos. A descrição sumária dessas atividades, em busca de seus significados tem, aqui, esse objetivo.

## Visitação pública

A primeira informação que os relatórios de atividades mensais do Museu apresentam são referentes à visitação. Os dados de registro dos visitantes correspondem a três atividades. Em primeiro lugar, aponta o número de visitas ao Museu do Índio no mês, em seguida as sessões de cinema e exibição de filmes,

32. Cf. Poulot (2001, p. 156).

33. Ver Unesco (1959).

34. Fundo Museu do Índio/ Série Documentação e informação/Sub-Série Acervo museológico: 1949-1993, Caixa 64, Acervo 77. Relação de coleções, de 06 de dezembro de 1950.

35. Fundo Museu do Índio/ Série Organização e funcionamento/Sub-Série Relatórios/Grupo Relatórios gerais, Caixa 01, Acervo 01. Relatório de novembro de 1953.

por último as sessões de audição de músicas indígenas. Estas informações foram totalizadas e agrupadas no QUADRO II – Visitação pública ao Museu do Índio. Outro índice de registro foi o do comparecimento de indivíduos considerados como personalidades distintivas em visita ao Museu. Nesta categoria de registros figuram diplomatas, embaixadores, artistas, professores, jornalistas, intelectuais, funcionários graduados e dirigentes de instituições culturais e de museus, entre outros. A terceira série de registros diz respeito a grupos de escolares e de diferentes pessoas, como turistas e participantes de reuniões na cidade, como o Congresso Eucarístico.

Quadro 2 – Visitação pública ao Museu do Índio (1953-1957)

Atividades Período	Visitação	Sessões de Cinema	Sessões de Música
Total	17.084	155	46

Fonte: Relatórios de atividades mensais do Museu do Índio.

A composição de visitantes, acima referida, manteve-se homogênea durante o período estudado. Em 1953, há o registro de diplomata hondurenho, de Guajajara Pereira Johnston, dirigente do Museu da Cidade da Prefeitura do Distrito Federal, grupos da Sociedade Pestalozzi e da Escola Técnica Nacional. Em 1954, compareceram ao Museu do Índio, nomes destacados da museologia européia, como Georges Henri-Rivière, diretor do ICOM, Angeles D'Oissat, diretor de Antiguidades e Belas Artes da Itália, Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, em Paris, além de diretores e conservadores de museus da Inglaterra, Suécia, Espanha, Suíça, Áustria, Alemanha, EUA e México. Em 1955, foram muitos os estrangeiros que visitaram o Museu. Entre eles, destacam-se a diretora do Museu de Artes de São Francisco, Califórnia, além de diferentes artistas, adidos culturais de embaixadas e professores. O único relatório disponível de 1956 não registra o perfil de visitantes.

Em 1957, persistiu a frequência de representantes dos corpos diplomáticos e de dirigentes de entidades culturais, como o Instituto de Antropologia do Chile, Museu do Homem, da França, Museu de Arte Moderna de Nova York e do Museu Regional de Corumbá. É notório também o incremento da visita de educadores, como a pedagoga portuguesa que esteve no Museu por recomendação recebida no Ministério da Educação, a diretora de um curso de Introdução à Museografia, professores bolsistas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, daquele ministério. Neste ano, além de dezoito colégios e sete escolas, houve a visita de alunos do curso de Museu, oferecido pelo Museu Histórico Nacional<sup>36</sup>.

A atração de educadores, em 1957, parece derivar, de um lado, da atuação de Darcy Ribeiro junto ao Ministério da Educação, como colaborador do ministro Anísio Teixeira, e de outro, dos preparativos para a Conferência Latino-Americana do ICOM, sobre educação e museus, que ocorreria em 1958, no Rio

de Janeiro. Ao longo do ano, o Ministério da Educação promoveu ainda cursos e visitas de professores aos museus do Distrito Federal.

Esta situação derivou da atenção que os museus, em geral, e os do Rio de Janeiro, em particular, dedicaram à reflexão sobre as suas relações com a educação escolar, ao longo da década de 1950. A inovação era anunciada na realização de visitas programadas, livres e dirigidas, na aplicação de questionários e na autonomia das atividades educativas frente às atividades técnicas e de pesquisa. O debate esteve presente em revistas e livros publicados no período e procurou acercar os conteúdos expositivos aos do currículo escolar. A UNESCO promoveria reuniões internacionais sobre a temática dos museus e a educação em Nova York (1952), Atenas (1954) e no Rio de Janeiro (1958). As diretrizes apresentadas naquelas publicações contemplaram a formação profissional do Magistério e as escolas, sem maior atenção ao público estudantil. A reflexão sobre a atuação dos museus no Brasil associava-se às proposições veiculadas pela UNESCO e o ICOM. A centralidade e a circulação alcançada pela revista *Museum*, editada sob o patrocínio destas entidades internacionais, expressa esta proximidade e a convergência de atuação institucional<sup>37</sup>.

No caso de personalidades, a visita ao Museu do Índio incluía também outros setores da Seção de Estudos, como arquivos, salas de trabalho, laboratórios e depósitos. Aos participantes do Congresso Eucarístico foi possível oferecer “explicações em sua língua materna”, dada a colaboração de alunos do curso de Antropologia que, então, se criara no Museu e da primeira estagiária que a instituição recebera, originária do Museu Paranaense. Os demais visitantes, avulsos ou em grupos, recebiam informações variadas. O relatório anual de 1954 projeta as diretivas gerais no atendimento aos visitantes, ao informar:

“Desses visitantes, 98% receberam assistência dos funcionários, que ao par das informações sobre o SPI, sua organização e trabalho, o funcionamento e objetivo do museu, lhes proporcionava informações sobre usos e costumes dos nossos índios em geral e dos objetos e tribos focalizados nas exposições em particular”.

No “Livro de assinaturas de visitantes do Museu do Índio”, aberto em 1954, figuram informações complementares aos relatórios de Geraldo Pitaguary. O livro recolheu assinaturas de pessoas destacadas por sua atuação e expressão política e cultural, sobretudo estrangeiros. Constam ali também pessoas vinculadas a universidades, como Coimbra, PUC/RJ e Faculdade de Medicina de São Paulo, Instituto de Antropologia e História da Guatemala, Museu Arqueológico de Cochabamba, Bolívia, British Museum e American Museum of Natural History, de Nova York<sup>38</sup>. O registro de profissionais e visitantes estrangeiros sugere a disposição do Museu do Índio em participar e adquirir visibilidade pública no momento em que a comunidade museológica brasileira esteve inclinada para a aproximação com as propostas da museologia internacional e a educação escolar.

37. Cf. Knauss (2011).

38. Fundo Museu do Índio/ Série Difusão Cultural/Sub-Série Visitação pública, Caixa 66, Acervo 105.

39. Museu do Índio - *Relatório anual de 1954*, p. 3.

40. Ver Ribeiro (1997a, p. 61-62).

Os números no Quadro III oferecem o panorama da visitação pública em outros seis museus com maior visitação no Rio de Janeiro, dentre os 33 então existentes na cidade, em meados da década de 1950. A incipiente inserção do Museu do Índio no circuito cultural na capital federal é um exemplo da dinamização e da diversificação conhecidas pelas instituições museológicas no Brasil dos anos 50. Os relatórios do Museu do Índio assinalam as dificuldades na realização do registro de visitantes, em decorrência de ausência de funcionários, falta de tempo, período de provas escolares, obras, limpeza, rearranjo das exposições, problemas em equipamentos e festas de fim de ano.

A confluência com as iniciativas de modernização técnica e acolhida das escolas nos museus brasileiros somavam-se à originalidade do acervo, concepções expositivas das peças e coleções e ao esforço publicitário que o novo museu angariava para o público na cidade do Rio de Janeiro, o Museu do Índio.

Quadro 3 – Visitação pública em museus do Rio de Janeiro (1955-1957)

Museus	Ano de fundação	Visitação
Museu do Índio	1953	12.500*
Museu de Arte Moderna	1948	41.000**
Museu Nacional de Belas Artes	1937	41.960*
Museu Histórico da Cidade	1934	28.800*
Casa de Rui Barbosa	1924	5.271**
Museu Histórico Nacional	1922	35.000*
Museu Nacional	1818	262.396***

Fonte: Hollanda (1958).

\* Média anual para 1955-1957; \*\* em 1957; \*\*\* média anual para 1955-1956.

As sessões de exibição de filmes e a audição de gravações sonoras procuravam atender ao disposto no regimento do SPI, no que se refere às atribuições da Seção de Estudos. Os dados disponíveis indicam média superior a sessenta sessões em 1954 e 1955. Ao lado das visitas guiadas, Geraldo Pitaguary entendia que as “sessões de cinema e a projeção de diapositivos coloridos, são o grande sucesso do museu”<sup>39</sup>. Na década de 1990, Darcy Ribeiro também recordaria o poder de atração dos filmes exibidos no Museu do Índio, ao projetar dois deles em um congresso de Antropologia, em São Paulo, naquele mesmo ano. Um deles sobre o cerimonial fúnebre Bororo, enquanto o outro abordava “um dia de vida em uma tribo indígena num país tropical, dos meus Urubus-Kaapor”. Segundo Darcy, isso o tornara “o etnólogo mais eminente” naquela reunião, “porque havia apresentado a eles duas coisas preciosas”<sup>40</sup>.

As audições de música indígena, segundo os relatórios de atividades, foram em número menor. Estas audições eram tanto em gravações quanto pela execução pessoal, informa o relatório de junho de 1955. No ano anterior Pitaguary sugerira à chefia da Seção de Estudos a “instalação de alto-falantes dissimulados

nas salas destinadas ao público, que ouviria durante a visita, as músicas indígenas, sem ter necessidade de ficar longo tempo assentado na sala de projeção, sempre muito quente". Endossava a proposta alegando ser a prática em museus da Holanda, o interesse para o público e para propaganda do Museu<sup>41</sup>.

### As coleções e exposições

As coleções do Museu foram estabelecidas a partir de três núcleos de fornecimento e abastecimento de artefatos indígenas. Parte significativa deste acervo fora constituída nos dez anos anteriores, desde a criação da Seção de Estudos do SPI. As informações sobre coleções e objetos surgem já nos relatórios do início de 1954 e permitem conhecer a rotina da recepção de coleções, ampliação das já existentes, conservação, classificação e registro no acervo do Museu. A procedência dos objetos e das coleções, entre 1953 e 1957, foi a coleta pelos etnólogos e agentes do SPI, as doações e "coleções casuais" formadas por diferentes profissionais e as doações avulsas feitas por visitantes<sup>42</sup>. Houve apenas uma tentativa de aquisição e intercâmbio e, ao que tudo indica, não foi consumada.

Já em novembro de 1953, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios enviava artefatos e deu-se a entrada de material etnográfico Karajá. Em outubro de 1954, o Museu recebeu a coleção Ismael Leitão, composta de dezoito peças Xavante. Ao longo do ano registrou-se o ingresso de coleções oferecidas pelo Marechal Boanerges Lopes de Souza, com material procedendo do rio Negro, da Inspeção do SPI no Pará e coletas realizadas pelo etnólogo do órgão, Mario Simões, entre os Karajá. No ano seguinte, o professor Egon Schaden fez a doação de uma coleção e houve material enviado pelo Clube Social do Posto Indígena Getúlio Vargas, em Goiás, sem pormenores da composição de nenhuma delas. No segundo semestre, o museu receberia uma coleção de arte de grupos do Xingu, remetida pelos irmãos Villas Boas, contendo trinta e nove peças, que incluíam cerâmicas, tecidos, trançados e máscaras. O etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira, em serviço para o SPI, no Mato Grosso, enviou coleção de trinta e seis peças dos mesmos artefatos, além de trabalhos em madeira, do grupo Terena<sup>43</sup>.

Sobre "coleções casuais" há muitas menções quanto à chegada, recepção e envio de doações ao Museu. Algumas são resultantes da própria ação de funcionários, como Eduardo Galvão, que doou três peças Karajá, e o próprio Geraldo Pitaguary que, em abril de 1957, registrava no relatório mensal a sua doação de duas peças Karajá, procedentes do Posto Indígena Getúlio Vargas. Uma professora, Lea Jansen, enviaria onze peças Karajá, que coletara na aldeia Santa Isabel, e dois missionários norte-americanos fizeram a doação, em agosto de 1955, de uma coleção de artefatos Xerém. A crer no relato de Antonio Callado no Xingu, pode-se ter uma idéia da informalidade com que eram realizadas muitas destas coletas em áreas de contato com grupos indígenas:

41. Museu do Índio - *Relatório* de junho de 1955 e *Relatório* de 1954, p. 10.

42. A denominação é de Newton (1987, p. 17).

43. Museu do Índio - *Relatórios* de novembro de 1953, de 1954, agosto a outubro de 1955.

44. Ver Callado (2010, p. 97). Dona Heloísa era diretora do Museu Nacional.

45. Museu do Índio - *Relatórios de junho de 1955 e anual de 1954*, p. 3.

46. Museu do Índio - *Relatórios de novembro de 1953 e setembro de 1955*.

47. Museu do Índio - *Relatórios de fevereiro e anual de 1954*, p. 8.

48. Museu do Índio - *Relatórios de agosto e setembro de 1955*.

49. Museu do Índio - *Relatório de novembro de 1955*.

“É escusado dizer que a espiga que me deu o Anta foi prontamente comida. Orlando [Villas Boas] olhou o belo espécime que era a sua e disse:

– Puxa! Que beleza de espiga. Vou levá-la para o Museu.

Assim, em lugar de comer o milho, guardou-o para dona Heloísa Alberto Torres, trabalhando, na realidade para maior glória dos calapalos”<sup>44</sup>.

Os registros das doações avulsas são também recorrentes. É exemplar a doação ocorrida em 1955 de um machado de pedra pelo embaixador Maurício Nabuco. A peça teria pertencido ao seu pai, o prócer abolicionista Joaquim Nabuco. No ano anterior, pequenas doações foram realizadas por visitantes, o que demonstraria “o interesse que o Museu tem despertado”, anotava Pitaguary<sup>45</sup>. Este tipo de conduta é encontrado nos registros de 1957, com doações de arcos e flechas por missionários norte-americanos. O envio de peças avulsas era praticado pelo próprio SPI, como aconteceu com uma rede de caraguatá dos Nandeva, remetida do Posto Indígena Kurt Nimuendaju.

As doações não se limitaram a artefatos indígenas. A embaixada da França, nos primeiros meses de funcionamento do Museu, ofertou-lhe uma coleção de discos para aprendizado do idioma francês. Em 1955, a pesquisadora Simone Dreyfus-Roche, além de peças de trançado, doou ao Museu gravações de músicas indígenas que realizara no Xingu. Um ano e meio depois ela enviaria, do Museu do Homem, em Paris, um *long-play* das gravações<sup>46</sup>.

A ampliação constante das coleções e acervo do Museu do Índio implicou em contínuo trabalho de classificação, limpeza, proteção, armazenamento, numeração e revisão periódica dos artefatos. Os relatórios trazem a quantidade de peças, procedimentos e notícias sobre a situação e a manutenção dos objetos e das coleções. A revisão das coleções plumárias dos grupos Urubu, Bororo, Kanela, Maxacali, entre outros, a reclassificação de bonecas Karajá, com o fito de organizar coleções completas para o Museu e outras que estariam disponíveis para intercâmbios, dão a medida desse trabalho<sup>47</sup>. A coleção Egon Shaden que, em agosto de 1955, encontrava-se empacotada por falta de tempo e de espaço para ser guardada, dois meses depois, estava conferida, esperando registro e classificação. Os artefatos Xerém, recebidos em doação, foram enviados à desinfecção em estufa e receberiam numeração provisória no mesmo período<sup>48</sup>. Em novembro foram classificadas 214 peças, pertencentes às coleções Mario Simões, Eduardo Galvão e Marechal Boanerges<sup>49</sup>. Os relatórios do Museu, no tocante às coleções, permitem conhecer uma ativa rotina de trabalho para acolhê-las, armazená-las, classificá-las e protegê-las. Este trabalho padecia as limitações de tempo, espaço e condições físicas e técnicas para sua realização, como sugere a informação sobre a coleção Schaden e as observações no âmbito administrativo, examinadas em seguida.

Não obstante o tratamento técnico dispensado às suas coleções, seus componentes e outros objetos tinham que ser submetidos a intenso processo de limpeza, desinfecção, restauração e revisão. Os procedimentos observados já no primeiro relatório mensal de que dispomos, o de novembro de 1953,

permaneceram ao longo dos demais, até outubro de 1957. Seriam alvo de atenção, sobretudo as bonecas Karajá. Elas foram a maioria entre os cerca de mil objetos incorporados ao Museu em 1954. Os demais artefatos e coleções mencionadas nos relatórios revelam um pouco do acervo em constituição, procedência e tipologia: figuras de cera Kadiueu, arcos cerimoniais Bororo, armas Kanela e Kaigangues, instrumentos musicais xinguanos, pentes e plumária Urubu, buzinas Kanela, Kraô e Apinajé, cerâmica Karajá e brinquedos infantis Kanela<sup>50</sup>. Em 1957, foi registrada a numeração de 388 objetos de coleções e mencionada a falta de tempo para completar este trabalho<sup>51</sup>.

As informações sobre as coleções, objetos e doações ao Museu indicam ativa movimentação em torno da reunião e da organização do acervo da instituição. A intensidade e a dinâmica deste processo foram alimentadas pelas regiões nas quais estavam se desenvolvendo ou aprofundando os contatos entre a expansão de atividades agropastoris, extrativas e mercantis em áreas indígenas, notadamente em Goiás, Mato Grosso e Pará. O volume e a sobrecarga de trabalho realizado constantes nos relatórios de atividades parecem traduzir o ritmo e a centralidade do Museu do Índio na documentação, preservação e divulgação das culturas indígenas localizadas em território nacional brasileiro na década de 1950. O acervo que resultou das ações deste período, em sua tipologia, singulariza-se pela presença de artefatos do cotidiano e sua tecnologia de produção: utensílios (penteados, cerâmica), cerimoniais (arcos e máscaras), armas (arcos, flechas, espadas e lanças) e artísticos (adornos plumários, bonecas, instrumentos musicais).

As coleções etnológicas têm sido encaradas com crescente distanciamento crítico pelos profissionais da antropologia. Elas cristalizariam imagens sobre os povos não ocidentais embebidas em pretensões universalizantes, amparadas em idéias triunfalistas e unilaterais<sup>52</sup>. A formação, guarda e exposição de coleções etnológicas em museus estiveram associadas à idéia de proteção da própria cultura. As coleções e exposições etnológicas possibilitaram tornar visível e familiar a vida de povos distantes, estranhos, diferentes, sem aproximações físicas ou de qualquer tipo. Trata-se, na opinião de Teresa Pires do Rio Caldeira, do "cotidiano do bizarro", sem qualquer explicitação de sentidos próprios ao que é examinado, exposto e narrado<sup>53</sup>. Os objetos, coleções e acervos reunidos nos museus etnológicos padeceram esta condição.

As coleções, exposições e ações institucionais do Museu do Índio procuraram realizar uma peculiar mediação social com o aprimoramento técnico da sua museologia, na formação de profissionais especializados no curso de pós-graduação em antropologia e a aproximação entre o Museu e a educação escolar. Foi uma mediação entre cultura e natureza que conduziu a composição e a exposição de coleções<sup>54</sup>. A exibição das habilidades humanas e dos conhecimentos práticos de processos biológicos, químicos, físicos e mecânicos e de uso dos materiais pelas populações indígenas, no Brasil, procurava demonstrar o aproveitamento e o controle do mundo natural em defesa da universalidade da ação, do comportamento, do espírito e das necessidades humanas. Nas

50. Museu do Índio - *Relatório* de 1954.

51. Museu do Índio - *Relatório* de agosto/setembro de 1957.

52. Cf. Roca (2008) e Oliveira (2008).

53. Ver Caldeira (1988, p. 144).

54. Ver White (2009).

55. Cf. Lima (2002).

56. Ver Descola e Pálsson (1996).

exposições houve a abordagem simultânea e comparativa de temas como densidade populacional, doenças, alimentação, a perda de territórios tradicionais e o arsenal tecnológico indígena, documentado nas técnicas e nas peças das coleções de cestaria, plumária, cerâmica, domesticação de plantas e animais e ainda em registros fílmicos, fotográficos e sonoros.

As coleções e exposições do Museu do Índio fizeram desta instituição um espaço de afastamento e de domínio da natureza, de controle do território nacional, de integração social, regional e étnica sob a tutela estatal e a égide do progresso urbano e industrial da sociedade ocidental. O Museu do Índio atendeu às expectativas e atribuições da Seção de Estudos, inscritas no regimento de 1942 para o SPI e converteu-se em uma eficiente vitrina do indigenismo como conhecimento e como prática administrativa das populações indígenas pelo governo nacional brasileiro<sup>55</sup>. O estudo dos objetos e das coleções expostas poderia evidenciar com maior clareza e riqueza de pormenores esta orientação teórica na proposição interpretativa e da constituição do acervo de coleções e exposições no Museu do Índio. É patente a aspiração de sensibilizar social, estética e intelectualmente, os visitantes, técnicos, gestores e especialistas na construção das estratégias do indigenismo no Brasil. Este esforço de atração e de engajamento é notório no enfoque nas condições de vida e formas de organização social dos grupos indígenas, sobretudo, aqueles recém conhecidos, e também aqueles que entravam em contato sistemático com a sociedade nacional movida pela expansão da fronteira econômica no Brasil central e no sul da Amazônia.

A diversidade de coleções advinha da própria variedade de etnias e grupos linguísticos em contato inicial ou prolongado com os agentes do SPI, a partir da década de 1940. Em destaque estiveram: Apinajé, Bororo, Kadiweu, Kaingangue, Kanela, Karajá, Kalapalo, Maxacali, Nandeva, Terena, Urubu, Xavante, Xerém, entre outros.

A orientação teórica da antropologia praticada por Darcy Ribeiro à frente da Seção de Estudos do SPI estava centrada na dicotomia entre cultura e natureza, mediada pelos padrões tecnológicos das sociedades estudadas. Os utensílios e as habilidades técnicas foram aceitos como indicadores objetivos das respostas sociais às constrições biofísicas no meio ambiente e a garantia da sobrevivência sob a dependência dos recursos naturais. Em uma concepção universalista da história e da natureza pouca atenção era conferida às particularidades culturais e ecológicas locais, valorizando, antes, as comparações entre grupos linguísticos, graus de integração à sociedade nacional, distribuição regional e formas de contato interétnico<sup>56</sup>. Por outro lado, esta mesma concepção facultava a sutura de outras dicotomias, além de cultura e natureza, reinantes no Brasil da década de 1950 – interior e litoral, urbano e rural, brancos e indígenas, regional e nacional, tradição e mudança, arcaico e moderno, passado e presente – convergindo politicamente para o fortalecimento da unidade e do Estado nacional a partir do traço comum na vida humana, o esforço pela sobrevivência. As populações indígenas ganhavam expressão nas coleções e nas formas de organização social: casamento, família, moradia, alimentação, doenças, padrões

estéticos e em utensílios do cotidiano. Ao promover o estudo atemporal daquelas populações, as respectivas culturas surgiram no Museu do Índio como algo uniforme e sincrônico.

### Difusão cultural e orientações técnicas

Nos relatórios não há menção à realização de pesquisas junto ao acervo museológico. É uma atividade pouco documentada, talvez por estar prevista ou instalada em outro setor. Em 1954, o relatório anual informava que o Museu:

“tem orientado e auxiliado a realização de pesquisas etnológicas por técnicos de outras instituições nacionais e estrangeiras e a documentação cinematográfica sobre usos e costumes dos nossos índios”<sup>57</sup>.

É conhecido, porém, o estudo sobre a plumária Kaapor, de autoria de Berta e Darcy Ribeiro, publicado já em 1957<sup>58</sup>. Sabe-se, também, que aquela autora prosseguiu sua carreira como etnóloga e que teve notória atuação na elaboração de obras de referência para o estudo e a documentação do patrimônio tangível e intangível de povos indígenas<sup>59</sup>. A criação do curso de antropologia, iniciado em março de 1955, junto à Seção de Estudos, talvez viesse cumprir este papel institucional<sup>60</sup>. O fato indica a intenção de transitar da curiosidade e da divulgação para o estudo disciplinado e metódico das culturas indígenas<sup>61</sup>.

São poucas as informações nestes relatórios de atividades referentes às exposições no Museu. Há registro apenas de alterações nas exposições com fins específicos e particulares. No relatório anual de 1954, constam variações nos mostruários, com o intuito de conservar o interesse do público, sem desfigurar a exposição. O documento faz menção, ainda, ao fato delas serem rotativas e temáticas, com duração máxima de doze meses<sup>62</sup>. Em meados de 1955, a exposição também passou por modificações, destinadas, agora, a atender aos visitantes encaminhados durante a realização do Congresso Eucarístico Internacional, no Rio de Janeiro. Os instrumentos musicais ganharam nova disposição, agrupados segundo suas finalidades funcionais. O acampamento Xavante foi deslocado em busca de melhorar sua visualização e a circulação. Em maio de 1957, eram previstas alterações nos mostruários, para a solenidade pelo aniversário do Marechal Rondon.

As atividades de difusão, por sua vez, estão bastante documentadas nos relatórios. Foram intercâmbios, cessão e empréstimo de peças, assistência e orientações técnicas fornecidas por carta ou em recepção no próprio Museu, atendimento de escolas e grupos, as principais ações de difusão desenvolvidas pelo Museu do Índio no período estudado. Em 1955, o Museu recebeu a primeira remessa de cerâmicas e artefatos Karajá a serem expostos para venda<sup>63</sup>.

57. Museu do Índio - *Relatório* de 1954, p. 7.

58. Ver Ribeiro e Ribeiro (1957).

59. Por exemplo, a coordenação dos volumes 2<sup>o</sup>-Tecnologia e 3<sup>o</sup>-Arte, em Ribeiro (1987).

60. Ver Faria (1957) e Ribeiro (1957a).

61. Cf. Pomian (1993, p. 1391).

62. Museu do Índio - *Relatório* de 1954, p. 5.

63. Museu do Índio - *Relatório* de junho de 1955.

64. Museu do Índio - *Relatórios* de julho a outubro de 1955.

65. Museu do Índio - *Relatório* de maio de 1957.

66. Museu do Índio - *Relatórios* de agosto a outubro de 1957.

67. Museu do Índio - *Relatórios* de novembro de 1953, julho de 1955 e maio de 1957.

68. Museu do Índio - *Relatórios* de novembro de 1954 e junho de 1955.

69. Museu do Índio - *Relatórios* de abril e maio de 1957.

70. Museu do Índio - *Relatórios* de 1954, setembro de 1955 e maio de 1957.

O empréstimo de peças do acervo foi recorrente a partir daquele ano. No segundo semestre, foram liberados objetos Karajá para uma peça teatral, artefatos e fotografias do mesmo grupo para uma exposição sobre missões religiosas, no Seminário Diocesano. Cinco fotografias de indígenas integraram uma exposição no Chile, além de instrumentos musicais disponíveis para provas práticas na Escola Técnica Nacional, acompanhadas de explicações sobre usos, costumes, técnicas de cerâmica e decoração desses instrumentos<sup>64</sup>. Em 1957, filmes pertencentes ao Museu foram exibidos na programação da Semana do Filme Científico, promovida pelo Museu de Ciências do Distrito Federal. A um clube social, localizado na Ilha do Governador, o Museu emprestou material etnográfico, fotográfico, filmico e equipamento para projeção, atendendo a um público estimado em três mil pessoas<sup>65</sup>. Entre agosto e outubro, foram disponibilizados pelo Museu mais de cinquenta artefatos, além de filmes, discos e fotografias, para atender programas de televisão, exposições em escolas, um evento para jovens e um seminário católico<sup>66</sup>.

A cessão de materiais etnográficos foi prática corriqueira nas atividades do Museu. Foram cedidas, sobretudo, peças Karajá, como dois conjuntos de cinco bonecas cada, para serem ofertadas a museus dos EUA e da Ásia. O embaixador Maurício Nabuco, em retribuição ao machado de pedra que oferecera ao Museu, também recebeu um destas bonecas. A Seção de Orientação e Assistência do SPI recebeu, pelas mãos de Lincoln Poppe, dezenove delas. O SPI foi destinatário, após solicitação, de arcos e flechas com que seriam presenteados o Ministro da Agricultura e o Presidente da República. Aos museus Farroupilha, no Rio Grande do Sul, foi doado um conjunto de catorze artefatos, e ao da cidade de Genebra, Suíça, foram encaminhados dezenove artefatos Karajá, pelo representante brasileiro no Bureau Internacional do Trabalho, ali sediado<sup>67</sup>.

A orientação técnica sobre museografia, acervos e exposições e o atendimento de pedidos de informações sobre povos indígenas foram prestados pelo Museu através de correspondência e a acolhida de interessados em suas instalações<sup>68</sup>. Há registros ao atendimento da Escola Técnica Nacional e de integrantes do Museu Regional de Corumbá, em visita e busca de assistência em procedimentos museológicos. Estudantes uruguaios, oficiais do Exército e escolas também demandaram serviços disponíveis no Museu do Índio<sup>69</sup>. Outras atividades de difusão cultural foram a vinda, em 1954, dos conferencistas Paul Rivet e Alfred Métraux, jornalistas estrangeiros fizeram fotografias e filmagens das exposições, maior procura pela Biblioteca, após o início do curso de especialização em antropologia<sup>70</sup>. As atividades promovidas pelo Museu do Índio revelam, além de dinamismo, a contemplação de uma grande diversidade de ações, públicos, regiões e países da Europa, Ásia e América.

As atividades administrativas do Museu abordadas nos relatórios apresentam as principais rotinas na vida da instituição. As mais destacadas foram a organização e o aproveitamento contínuo de salas de trabalho, depósitos, as exposições e o cinema. Os inúmeros obstáculos decorrentes das dificuldades com a manutenção da limpeza do edifício e seus interiores, a desinfecção e conservação sistemática do acervo, serviços de expedição de cartas e instrução de processos administrativos, classificação, registro e numeração do material recebido e incorporado ao Museu. A reacomodação dos materiais em depósitos foi constante entre 1953 e 1957. Também os serviços de limpeza são considerados insatisfatórios ao longo destes anos, devido à falta de tempo, de funcionários, obras e a localização do prédio, requerendo a repetição do trabalho, e a colaboração de outros setores da administração pública. O Departamento Nacional de Endemias Rurais e do Serviço Nacional de Febre Amarela colaboraram na proteção ao acervo e equipamentos do Museu. Em 1954 e 1955, são registrados furtos de pequenos objetos expostos em vitrinas e mostruários. Em 1956, após reunião dos funcionários da Seção de Estudos foi, finalmente, obtida a melhoria no asseio e nos serviços de limpeza<sup>71</sup>.

Há registro de apenas duas iniciativas de maior alcance na formação do acervo museológico. A primeira foi o contato com os organizadores de uma Exposição Missionária, em julho de 1955, com o objetivo de adquirir peças Bororo e Tikuna, de interesse para o Museu. Malograda a tentativa, Geraldo Pitaguary encomendou aos missionários a formação de novas coleções e futura transferência destas para a Seção de Estudos. A segunda ação neste sentido foi a redação de uma carta com sugestões e orientação para as remessas de material feitas pelo Clube Social do Posto Indígena Getúlio Vargas, em Goiás.

Durante o período estudado o Museu do Índio contará com a colaboração de apenas uma estagiária, Marília Duarte Nunes. A ela foram transmitidas instruções sobre técnicas museológicas, restauro, organização de fichários e mostruários, fotografias, classificação, registros e numeração de peças, projetos de exposição, química para proteção e conservação de artefatos indígenas<sup>72</sup>. A descrição destas atividades remete ao aprendizado semelhante no estágio do Museu Histórico Nacional: caráter prático e geral, sem leituras e voltado para o registro do acervo. Valdelice Girão fez ali um estágio e forneceu depoimento ilustrativo do que realizara nos dois meses que passou na instituição dirigida por Gustavo Barroso. O Museu Histórico e Antropológico do Ceará fora reaberto, com esta nova denominação, em janeiro de 1953 e a historiadora cearense foi enviada ao Rio de Janeiro para fazer o estágio, descrevendo-o assim:

“eu era sozinha. Eu era aluna dos técnicos do museu. Chegava numa sessão (sic) e as pessoas me ensinavam o que eu deveria saber de cada sessão. Eu era aluna única. Mas eu ia de sessão em sessão”<sup>73</sup>.

71. Museu do Índio - *Relatórios* de 1954, junho de 1955 e janeiro de 1956.

72. Museu do Índio - *Relatório* de julho de 1955.

73. Ver Holanda (2006, p. 50).

74. Ver Brasil (1983).

75. "Livro de assinaturas de visitantes do Museu do Índio".

76. Ver Ribeiro (1955, p. 8-10).

77. Ver Ribeiro (2006, p. 65).

Marília Duarte Nunes tornou-se museóloga no Museu do Índio. Em 1983, ela apresentou e participou da publicação comemorativa aos trinta anos da instituição com um texto sobre a utilização cultural do acervo<sup>74</sup>.

A experiência bem sucedida na comunicação com o público e na difusão do Museu do Índio junto ao SPI, aos órgãos e instâncias governamentais, diplomatas, imprensa, comunidade acadêmica, artistas e intelectuais, profissionais técnicos, militares, escolas, instituições culturais, nacionais e estrangeiras, resultou em manifestações de nacionalismo diante dos temas, das exposições e dos fins do Museu. Em 1955, por exemplo, o professor Luiz Carlos Junqueira, da Faculdade de Medicina de São Paulo, exultou: "Uma obra realmente meritória que nos proporcionou uma tarde interessante e magnífica. Que continue o esforço tão bem iniciado para a grandeza do nosso Brasil"<sup>75</sup>. O Museu do Índio tocava a imaginação e a opinião pública, sobretudo da classe média urbana. Instalado no Distrito Federal, o Museu ambicionava falar para o Brasil e mundo. Em boa medida, conseguiu isso com reconhecida proeza.

#### A "coerência ilusória" de Darcy Ribeiro

Em mais de uma oportunidade o chefe da Seção de Estudos do SPI, Darcy Ribeiro, pode expressar a concepção e os objetivos do Museu do Índio. O artigo publicado na revista *Museum*, editada pela UNESCO, em 1955, contém uma explanação clara e didática sobre o Museu, quanto aos fins a que se propunham a instituição, as coleções, instalações físicas, serviços, concepção, exposições, objetos e expedientes museográficos<sup>76</sup>.

Darcy observava que a Etnologia moderna deveria promover a solidariedade, o interesse e a busca de compreensão das diferenças culturais, rejeitando a concepção dos povos indígenas como "fósseis" da humanidade, exóticos e diferentes, causando espanto e horror. Ao museu sob sua responsabilidade caberia despertar a simpatia e chamar a atenção para a condição destes povos, evidenciando que os limites de suas culturas e de seus recursos eram compatíveis e resultado da interação que estabeleciam com o meio biofísico em que viviam, originando soluções peculiares e criativas para os problemas universais de todo ser humano, como a alimentação, abrigo, vida familiar, lazer, trabalho e as artes. O Museu do Índio parecia materializar impressões e hipóteses que registrara entre 1949 e 1951, em seu diário de trabalho de campo, junto aos Urubus-Kaapor:

"a nostalgia dos povos esquecidos, essa consciência da beleza e do valor de um mundo vário e o gosto de atender ao clamor de todos os povos, desde os menores, por um lugar ao sol, pede atenção para as soluções que eles encontraram para os problemas humanos comuns. Sendo isso uma mera intuição, talvez irracional, é entretanto o que há de mais razoável"<sup>77</sup>.

A concepção museológica procurava alcançar essas metas. Adaptando-se às características do edifício, com salas amplas e altas, coube ao arquiteto Aldary Toledo criar ambientes com recursos modernos e atraentes para a visita pública. Foram recorrentes o uso de painéis, vitrinas, dioramas, fotografias, balcões e móveis em linguagens plásticas amparadas em vidro, metal e iluminação e equipamentos elétricos, como projetores, gravadores, lâmpadas especiais e alto-falantes. Houve o privilégio ao componente estético nas exposições, em detrimento dos aspectos científicos, para combater preconceitos e estereótipos usuais sobre os indígenas no Brasil – incapacidade, preguiça, puerilidade, rusticidade, inferioridade. Objetos e fatos eram contrapostos à improcedência, inexistência e falsidade dessas idéias. As exposições continham o que Pierre Pradel identificou como “uma ação sistemática na qual a ciência é menos um fim do que um meio”<sup>78</sup>.

Os artefatos evidenciando as qualidades técnicas de confecção e as dimensões estéticas, perfeccionistas, povoaram as exposições com raladores, arcos e flechas, arte plumária, esculturas em argila de grande plasticidade – bonecas Karajá – machados de pedra no desempenho de árduas tarefas na floresta tropical, como o cultivo agrícola. Alguns destes objetos eram expostos com destaque em uma grande e longa vitrina retangular que podia ser circundada pelo visitante. O artigo faz menção a outros recursos expositivos aliados aos objetos, como mapas, fotografias e gráficos. A apresentação destes objetos como conjuntos funcionais, tais como armas, tecidos, instrumentos musicais, cerâmica, utensílios, plantas e alimentos, possibilitava ao visitante desfazer a idéia de exotismo e bizarrice comumente associadas aos artefatos avulsos. Esta conduta nas exposições destacava as capacidades e as sensibilidades humanas, como a liberdade e a felicidade, presentes no cotidiano indígena, contrapostos às perspectivas de miséria, opressão e de marginalização social. Idêntica compreensão pode ser encontrada em momento anterior, nas referências às populações xinguanas, contidas na “Justificação” ao Ante-Projeto de Lei de 1952, para a criação do Parque do Xingu:

“seu engajamento compulsório numa estrutura econômica que só lhes pode oferecer situação ainda mais baixa que a desfrutada pelas camadas mais pobres de nossa população cabocla”<sup>79</sup>.

Os preceitos museológicos reinantes no Museu do Índio foram veiculados não apenas em publicações de divulgação erudita, como *Museum*. Anteriormente, a revista *Manchete*, na já mencionada reportagem sobre o Museu, em outubro de 1953, daria publicidade a eles, quando a respeito das condições de vida dos povos indígenas, após os contatos com a sociedade nacional, observava:

“Não há paralelo possível entre o seu modo de viver e o das populações a que se incorpora, os nossos pobres caboclos escravos de um trabalho mesquinho, sem nenhuma oportunidade de cultivar o espírito, corpo e alma desgastados pela miséria”<sup>80</sup>.

78.Ver Pradel (1973, p. 1034).

79. Ver Menezes (2000, p. 338).

80.Ver Marques (1953), p. 31.

81. Idem.

82. Ver Trigueiros (1958, p. 88, 112).

83. Ver Hollanda (1958, p. 23-25).

84. Ver Poulot (2001, p. 209; 2005a, p. 107).

O argumento da capacidade tecnológica para conceber e confeccionar artefatos a partir das condições e dos recursos existentes no ambiente natural também foi posto ao alcance do público leitor de *Manchete*:

“E o índio, até na disposição dos espinhos dos raladores e mandioca, dá expansão ao seu sentimento estético, compondo arabescos e figuras. Esse sentimento de arte, ele o exercita constantemente, nos adornos, nas flechas, no vestuário e tem a liberdade, a alimentação racional para o seu clima e o seu meio de vida”<sup>81</sup>.

Em duas publicações, mencionadas anteriormente, encontramos dados sobre o Museu do Índio. Em *Museus e educação*, publicado em 1958, Santos Trigueiros, apresentou aquela instituição como tendo a finalidade de: “mostrar o que na realidade é o índio brasileiro, tão mal compreendido e tão caluniado, tanto pelos estrangeiros como por muitos de seus irmãos de pátria, procurando desfazer as lendas e opiniões errôneas que por aí existem”. O livro contém informações sobre visitas em grupos, destaca a combinação das exposições com a exibição de filmes, fotografias e a audição de músicas, os serviços para atendimento de escolares e o apoio aos estudiosos e pesquisadores. Reproduz uma fotografia da grande vitrina com arte plumária<sup>82</sup>.

O livro de Guy de Holanda dedicado ao levantamento dos *Recursos educativos e museus brasileiros*, publicado naquele mesmo ano, é na verdade um guia descritivo de instituições existentes nos estados. Há item semelhante ao de Santos Trigueiros, em que são explicitadas as finalidades do Museu: “fazer compreender que o índio brasileiro possuiu uma cultura diferente da nossa, porém, digna de apreço por haver logrado, com recursos tecnológicos rudimentares, uma perfeita adaptação ao meio geográfico”. As páginas dedicadas ao Museu do Índio informam, ainda, sobre visitas guiadas, a existência do curso de especialização em antropologia, que contava com o apoio da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), o acervo de filmes, fotografias, cerca de trinta mil fotogramas, discos e a biblioteca especializada. São apresentadas, em seguida, quatro fotografias de um grande painel, um mostruário de parede e duas vitrinas das exposições, sendo uma delas a que continha arte plumária<sup>83</sup>. As duas publicações reproduziram a concepção que o Museu do Índio externava em suas exposições e no funcionamento das atividades paralelas e correlatas ali desenvolvidas, amplificando e cristalizando o alcance de sua proposta museológica.

O museu enquanto instituição tipicamente ocidental é consagrador de sentidos e de valores desta cultura no espaço público. No museu, o patrimônio é convertido em exibição da verdade sobre o passado, sobre as heranças históricas, sobre o outro e as diferenças<sup>84</sup>. Foi nesta posição institucional que o Museu do Índio desfrutou de autoridade natural, legitimidade social e praticamente inquestionável na interpretação dos artefatos e das culturas indígenas. As concepções teóricas da Etnologia e as práticas museológicas que ensinou pelas mãos de Darcy Ribeiro e Geraldo Pitaguary, respectivamente, buscavam a

rejeição de um passado, o do extermínio, incompreensão e desconhecimento dos indígenas no Brasil e a difusão de valores alternativos em consonância com outros postulados, igualmente propagados no mundo a partir de 1945. Segundo Dominique Poulot, esses valores foram os da escala nacional, do patrimônio identitário social, da sua veneração coletiva, os das especificidades e singularidades locais e nacionais, a valorização de épocas, culturas e espaços não-ocidentais. A disseminação de museus como ícones de coesão e de unidade nacional após a II Guerra seria o indicativo da busca desses valores<sup>85</sup>.

Na preservação do patrimônio representado pelas coleções etnográficas, na proteção e na valorização dos grupos indígenas, na afirmação do seu caráter nacional, ao conferir-lhes o papel de gente autenticamente brasileira, sua contribuição simbólica e parte integrante do passado da história nacional, podemos vislumbrar uma divisão institucional no seio de um Estado protetor da nação<sup>86</sup>. Enquanto ao SPI caberia o salvamento dos indivíduos, o Museu do Índio realizava o salvamento dos artefatos e dos testemunhos culturais, em acervos abrigados em centro urbano ou *in situ*, como no projeto do Parque do Xingu. Caberia indagar se o discurso museográfico presente no Museu do Índio não excluía os indígenas enquanto sujeitos de seu destino? A resposta é sim. Primeiro pelo próprio nome da instituição que homogeneizava essas populações, ainda hoje. Em segundo lugar, a alegria, beleza, liberdade e autonomia social estariam restritas fora de seu ambiente original, aos quais se encontravam milenarmente adaptados. Por último, não poderiam eles prescindir da proteção governamental para transitar para um novo modelo societário, permanecendo tutelados pelo Estado<sup>87</sup>. Sob o risco de incorrer em anacronismo, é preciso atentar para o fato de que na Etnologia indígena brasileira, em meados do século XX, predominavam idéias de aculturação e de assimilação progressiva e inevitável das populações indígenas, aceitando-se a desaparecimento ou a sobrevivência residual de aspectos de suas expressões culturais e mesmo da presença física de grupos etnicamente identificáveis<sup>88</sup>.

Há um projeto político na ordenação da “coerência ilusória” que animou o Museu do Índio. É um projeto de cunho liberal-democrático. No período entre 1953 e 1957, Darcy Ribeiro transitou da militância comunista para o trabalhismo varguista. Não havia incongruência política nesta passagem com as atividades profissionais junto ao SPI, órgão ao qual ele se ligara em 1947. O “queremismo”, movimento que apoiou a continuidade do chefe do Estado Novo à frente do governo nacional e que contara com o apoio dos comunistas, veiculara em sua propaganda política as atenções que Vargas dispensara aos indígenas no país. O ideal de servir à humanidade também era o denominador comum entre a orientação positivista que marcara a atuação do SPI, sob a égide de Rondon, e os comunistas, sob a liderança de Luis Carlos Prestes, ele mesmo filho de militar adepto do Positivismo.

O idealismo político da reforma social e da conciliação de antagonismos étnicos, culturais e sociais, sobretudo urbanos, conduzidos pela ação racional e cientificamente orientada dos profissionais e das instituições de

85. Ver Poulot (2001, p. 155).

86. Ver Grupioni (1998, p. 268-269).

87. Ver Lima (1995).

88. Ver, por exemplo, Schaden (1969).

89. Sobre a ELSP-SP, ver Kantor (2001).

90. Sobre a sociologia emanada de Chicago, ver Eufrásio (1999) e Valladares (2005).

91. Ver Diacon (2006, p. 15).

92. Ver, por exemplo, Ribeiro (1958, 1997b).

93. Ver Diacon (2006, p. 12 e 171).

Estado, remete ao cenário intelectual paulista em meados da década de 1940. Foi na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP-SP) que Darcy Ribeiro fez o curso de Ciências Sociais e especializou-se em Etnologia indígena brasileira. Fundada em 1933, seus propósitos eminentemente práticos de pesquisa e no estudo da realidade social foram propagados pela ação de professores norte-americanos, como Donald Pierson, a principal referência intelectual da instituição até a década de 1950, e alemães, como Emilio Willems e Herbert Baldus. A ELSP-SP foi um centro de formação de profissionais imbuídos de muitas das preocupações da sociologia da chamada “Escola de Chicago”<sup>89</sup>. Ao menos quatro características gerais desta prática de análise social comparecem na ação e nos textos de Darcy Ribeiro no período estudado, alguns deles publicados na revista *Sociologia*, editada por professores da Escola. Em primeiro lugar, o interesse do cientista social pelas populações marginalizadas, desvalidas, preteridas ou expelidas de uma ordem social determinada. A valorização do trabalho de campo na análise social, proporcionando experiências de pesquisa pela observação direta e o convívio junto aos grupos sociais estudados é outro componente distintivo nesta corrente sociológica. Em terceiro, a ação intervencionista atribuída aos sociólogos, psicólogos e antropólogos na correção de distorções sociais, notadamente aquelas verificadas em centros urbanos, promovendo reformas que induzam à coesão social. Por fim, esta centralidade no fator urbano, na sensibilização da população das cidades para com os problemas vividos pelo conjunto da sociedade e que colocam em risco a sua estabilidade e reprodução em bases liberal-democráticas<sup>90</sup>.

Nos textos que Darcy Ribeiro publicou na época e posteriormente, lembrando a ação do Museu do Índio, existe a celebração de um indivíduo e de uma instituição: Rondon e o SPI. O que nos faz pensar também na autocelebração conduzida por Darcy Ribeiro, sobre ele mesmo e o Museu do Índio. Segundo Todd A. Diacon, o próprio Rondon fora hábil promotor de sua imagem pública, fazendo discursos, evocando o ideário científico positivista, realizando conferências públicas e exibições do documentário “Os sertões do Mato Grosso”, divulgando relatórios<sup>91</sup>.

Darcy Ribeiro tornara-se amigo e admirador de Rondon. Quando este faleceu, Darcy foi quem leu um necrológio, no cemitério São João Batista, em 20 de janeiro de 1958. Não seria inoportuno e despropositado pensar Rondon como um espelho para Darcy Ribeiro<sup>92</sup>. Rondon “procurou converter o sertão em parte da nação brasileira”, recorrendo a discursos, uniformes, comemorações cívicas, execuções do hino nacional, exibição da bandeira brasileira, de máquinas e instrumentos técnicos, obras de infra-estrutura, erguendo colônias agrícolas e núcleos indígenas<sup>93</sup>. Não é menos verdadeiro que Darcy tenha procurado fazer com que a sociedade urbana aceitasse, acolhesse e incorporasse as terras e as populações do interior do Brasil, em suas características mais visíveis e difundidas, como matas, animais, doenças, fome, pobreza, distância, atraso, sujeira e claro, indígenas – ligando dois Brasis – unindo a nação pela ciência e a cultura moderna. Se Rondon tentou fazê-lo por um fio, telegráfico, Darcy buscaria fazê-lo

por um museu, etnográfico<sup>94</sup>. A diferença foi que o telégrafo, como meio de comunicação, sofreu de obsolescência tecnológica, desaparecendo rapidamente. Já o museu, como instituição, linguagem e meio de comunicação social de massas, experimentou grande expansão entre a última década do século passado e os dias atuais<sup>95</sup>.

A “coerência ilusória” presente no Museu do Índio talvez traduza também a de um grupo todo de profissionais que esteve envolvido na ação institucional do SPI no pós-guerra e que gravitou em torno da criação do Parque do Xingu – Eduardo Galvão, irmãos Villas Boas, até mesmo Antonio Callado -, do qual Darcy Ribeiro foi um dos artífices e divulgador dos mais destacados. As críticas não tardariam a chegar. Em 1979, em carta publicada em uma revista cultural, o antropólogo Roberto da Matta fez duras acusações aos projetos e ideais antropológicos de Darcy Ribeiro, sublinhando sua obsessão pela tecnologia indígena e estudos descritivos da plumária<sup>96</sup>. Este acolheu as críticas, porém, reiterou seu compromisso político com a trajetória anterior. Em 1984, Anne-Christine Taylor explicitava os limites teóricos que o “americanismo tropical” padecia em virtude da persistência de vínculos com o imaginário político, como o do bom selvagem<sup>97</sup>. Um imaginário que foi alimentado também no senso comum pela divulgação da “coerência ilusória”, presente no Museu do Índio, que ganhava as ruas da cidade com observações como a que constou na revista *Manchete*:

“lá dentro, águia não tem cartaz, mandam os tucanos, as garças cor-de-rosa, as araras que dão pluma para os colares, os pentes das moças, os cocares dos guerreiros”<sup>98</sup>.

## Conclusões

O interesse pela questão das relações entre natureza e sociedade na criação e organização do Museu do Índio permitiu apreender um processo contínuo de invenção e reinvenção da nação brasileira sobre essas duas variáveis conceituais<sup>99</sup>. A apropriação da terra, de recursos naturais, como a madeira, produtos florestais, pastagens, minérios, projetos de colonização agrícola e as alterações que desencadearam nos ecossistemas, sobretudo em áreas de Cerrado e da floresta tropical, conferiram maior visibilidade pública à presença física e a diversidade social e cultural das populações indígenas nas novas frentes de expansão econômica e de contato interétnico, desde a década de 1940. A cultura material, o simbolismo e a estética de diferentes povos indígenas nas regiões em disputa pela ocupação territorial, as atividades agropastoril, extrativas e obras de infraestrutura, poderiam iluminar tanto a variedade étnica e cultural ali existente, quanto a variedade de objetos, técnicas e relações sociais articulados a partir da base biofísica regional e os ecossistemas locais.

94. *Idem*, p. 173 e 19, e Maciel (1998).

95. Ver Gob; Drouguet (2006, p. 16).

96. Ver Matta (1989) e Ribeiro (1979), respectivamente.

97. Ver Taylor (1984).

98. Ver Marques (1953, p. 30).

99. Ver Quaini (1983) e Anderson (2008).

100. Ver Garfield, (2000, p. 30). Sobre a ocupação do prédio, ver Menchen (2008, p.A18).

101. Em outubro de 2012 o governo estadual do Rio de Janeiro anunciou a decisão de demolir o prédio. A medida pretende adaptar os arredores do estádio do Maracanã para a Copa do Mundo na cidade.

O Museu do Índio e o Parque do Xingu foram emblemas do empenho em documentar a expansão das relações capitalistas de produção no Brasil na década de 1950. Este esforço foi buscado, simultaneamente, pela conduta protecionista e tutelar do Estado e pela atitude cientificamente orientada de seus agentes. Ambas instituições procuraram converter distintos elementos regionais, sociais, culturais e naturais em ícones de nacionalidade, de modernidade urbano-industrial, da ciência e da ação estatal. As reivindicações sociais destas heranças desafiam a apreciação crítica e constituem fecundos campos de investigação e análise, dentro e fora do conhecimento histórico.

O estudo desta apropriação e o desafio colocado aos símbolos dominantes são sugeridos, por exemplo, na ocupação do antigo edifício do Museu pelos movimentos indígenas e suas reivindicações, a partir de outubro de 2006<sup>100</sup>. Neste caso, há também uma herança reivindicada. Esta não é a de um museu, mas antes a do espaço de visibilidade da presença indígena na vida nacional brasileira. Criado para abrigar os testemunhos das culturas indígenas, condenadas no futuro, a antiga sede do Museu do Índio assiste ao comparecimento de diferentes etnias entre suas paredes e circunvizinhanças, no presente. Não são artefatos, sons e fotografias, coletados e remetidos, mas indivíduos, vivos, que reivindicam visibilidade e reconhecimento social no prédio do antigo museu<sup>101</sup>.

Ao aceitarmos que a etnologia praticada e sistematizada por Darcy Ribeiro é questionada em diferentes aspectos e na abordagem teórica, a concepção do museu que animou, associando-se à vanguarda técnica e conceitual no cenário museológico internacional, aproxima e inscreve o Museu do Índio, entre 1953 e 1957, na história política dos museus e de algumas das proposições que, a partir dos anos setenta, desdobraram-se em torno do movimento identificado como a "nova museologia". Determinados traços daquela identidade técnica e conceitual, particularmente a interação com os visitantes, as múltiplas atividades – cinema, música, cursos, vendas de amostras -, modernos recursos, equipamentos e materiais empregados na museografia, estímulo à reflexão, predomínio da linguagem estética sobre a científica, entre outros procedimentos, respondem pelo interesse que essa experiência adquire para a reflexão e a compreensão do papel da cultura na gestão ambiental.

Na atualidade, as atenções para o ensino da presença dos povos e das culturas indígenas na história da formação da sociedade brasileira, a discussão da figura mítica de um "índio ecológico", vivendo em harmonia e interação com natureza, constituem temas de interesse para a História Ambiental, o trabalho dos profissionais de museus e a consolidação da cidadania no Brasil. Tudo indica que presença social e cultural do indígena, no passado e no presente, não será menor no futuro próximo do Brasil. É o que se vislumbra com o aumento de sua participação no contingente demográfico nacional, pela organização política crescente em entidades, movimentos e encontros, como a articulação política e social do povo Guarani, nos países do cone sul, as perspectivas de novos conflitos em áreas de expansão da fronteira, como na Amazônia, não

deixam de insinuar a necessidade de políticas públicas de valorização social, da qual a Lei 11.645 é apenas emblemática expressão<sup>102</sup>.

As palavras da escritora Cecília Meirelles, anotadas no “Livro de assinaturas de visitantes do Museu do Índio”, em junho de 1957, talvez atravessem o tempo, encontrem acolhida e sirvam de inspiração no século XXI: “Sempre que venho ao Museu do Índio fico desejosa de recomeçar uma vida estudando estes assuntos que aqui se encontram tão sabiamente expostos”.

102. Lei, 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

## REFERÊNCIAS

### FONTES ARQUIVÍSTICAS

*Arquivo do Museu do Índio - FUNAI - Rio de Janeiro*

Fundo Museu do Índio

Série Organização e funcionamento

Série Documentação e informação

Série Difusão cultural

Série Atividades didáticas

Série Pesquisas e estudos

### FONTES IMPRESSAS - LEGISLAÇÃO

DECRETO Nº 10.652 – de 16 de outubro de 1942: Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.

LEGISLAÇÃO indigenista brasileira e normas correlatas. 3º ed.. Brasília: FUNAI, 2005 (organização de Edvard Dias Magalhães).

Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

### FONTES IMPRESSAS - LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: memória e cidadania*. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior/FUNAI. *Museu do Índio: Guia*. Rio de Janeiro: FUNAI, s/d.

\_\_\_\_\_. Museu do Índio. *Museu do Índio: 30 anos (1953-1983)*. Rio de Janeiro: FUNAI, 1983.

FARIA, Luis de Castro. Curso de aperfeiçoamento em Antropologia Cultural. In: *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*: Bahia, julho de 1955. Salvador: Reitoria da Universidade da Bahia, 1957.

- HOLLANDA, Guy de. *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Organização Nacional do ICOM, 1958.
- MARQUES, Sarah. O índio e sua história de miséria e esplendor. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 78, p. 30-31, 17/outubro/1953.
- RIBEIRO, Darcy. *Diários índios: os Urubus-Kaapor*. 4º reimp.. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O indigenista Rondon*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1958.
- \_\_\_\_\_. Atividades científicas do Museu do Índio, Serviços de Proteção aos Índios. In: *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*: Bahia, julho de 1955. Salvador: Reitoria da Universidade da Bahia, 1957a.
- \_\_\_\_\_. Culturas e línguas indígenas do Brasil. In: *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.2, n.6, p. 4-102, 1957b.
- \_\_\_\_\_. Convívio e contaminação. *Sociologia*, São Paulo, v.18, n.1, p. 3-50, 1956.
- \_\_\_\_\_. Le Musée de l'Indien, Rio de Janeiro. *Museum*, Paris, v.8, n.1, p. 8-10, 1955.
- RIBEIRO, Darcy & RIBEIRO, Berta G.. *Arte plumária dos índios Kaapor*. Rio de Janeiro: Seikel, 1957.
- RONDINELLI, Rosely Curi. *Inventário analítico do Arquivo Permanente do Museu do Índio - FUNAI*. Documentos textuais (1950-1994). Rio de Janeiro: FUNAI/Museu do Índio, 1997.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museu e educação*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1958.
- UNESCO. *L'organisation des musées: conseils pratiques*. Paris: UNESCO, 1959.

#### LIVROS E ARTIGOS

- ALDÉ, Lorenzo. É duro ser índio no país do futebol. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 9, 2007.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Trad. D. Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*, 2 vols. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria Estadual da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade na Antropologia. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, v.21, p. 133-157, 1988.
- CALLADO, Antonio. *Quarup*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Esqueleto na Lagoa Verde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IBRAM, 2009.
- DAVIS, Shelton H.. *Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Trad. J.A. F Pontual. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DESCOLA, Philippe & PÁLSSON, Gísli (Ed.). *Nature and society: anthropological perspectives*. London/New York: Routledge, 1996.
- DIACCON, Todd A.. *Rondon: o marechal da floresta*. Trad. L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

EUFRÁSIO, Mario A. *Estrutura urbana e ecologia humana: A escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: Editora 34/Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n.39, p. 15-42, 2000.

GOB, André; DROUGUET, Noémie. *La museologie: histoire, développements, enjeux actuels*. 2ª ed. Paris: Armand Colin, 2006.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). *Museu do Ceará e outras memórias: entrevista com Valdelice Girão*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado, 2006.

KANTOR, Iris *et alli* (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)*. São Paulo: Escuta/FAPESP/FESPSP, 2001.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil da década de 50 do século XX. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e (Org.). *Cultura e memória: os usos do passado na escrita da história*. Fortaleza: NDC-UFC/Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste - os anos 30*. 2ª ed.. Campinas: Papirus/Unicamp, 1986.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo. In: L'ESTOILE, de Benoit de; NEIBURG, Frederic; SIGAUD, Lygia (Org.). *Antropologia, impérios e estados nacionais* Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: Educ/FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_. A nação pela pedra: coleções de paleontologia no Brasil, 1836-1844. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1155-1170, out./dez. 2012.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Comentário 11. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v.15, n.2, p. 111-115, 2007.

\_\_\_\_\_. Meio ambiente e museus: para uma quadro inicial de referências. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo (Org.). *Cultura e memória: os usos do passado na escrita da história*. Fortaleza: NDC-UFC/Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

MATTA, Roberto Augusto da. Carta aberta a Darcy Ribeiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 81-92, 1979.

MENCHEN, Denise. Índios usam antigo museu como ponto de encontro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 de outubro de 2008, p.A18.

MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v.1, p. 207-222, 1993.

MENEZES, Cláudia. *Museu vivo: o Museu do Índio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1987.

\_\_\_\_\_. Le musée de l'Indien: nouvelles perspectives en vue de la participation des étudiants et des communautés indigènes. *Museum*, Paris, v. 212, n. 53, p.23-27, 2001.

MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

NEWTON, Dolores. Cultura material e história cultural. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *Suma etnológica brasileira: tecnologia indígena*. 2º ed.. Petrópolis: Vozes, 1987 (Vol. 2).

OLIVEIRA, João Pacheco. Prefácio. In: ROCA, Andrea. *Objetos albeios, histórias compartilhadas os usos do tempo em um museu etnográfico*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2008.

POMIAN, Krzysztof. Collections et musées (note critique). *Annales ESC*, Paris, n.6: 1381-1401, 1993.

PRADEL, Pierre. Les Musées. In: SAMARAN, Charles (Dir.). *L'Histoire et ses méthodes*. Reimp., Bruges, Gallimard, 1973 (Encyclopedie de la Pléiade, vol. 11).

POULOT, Dominique. *Patrimoine et musées: l'institution de la culture*. Paris: Hachette, 2001.

\_\_\_\_\_. *Musée et muséologie*. Paris: La Découverte, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Une histoire des musées de France (XVIIIe-XXe siècle)*. Paris: La Découverte, 2005b.

QUAINI, Massimo. *A construção da geografia humana*. 2ª edição. Trad. L. L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. Vol. 2 - Tecnologia indígena e Vol. 3 - Arte índia, 2º ed.. Petrópolis: Vozes/Finep, 1987,.

RIBEIRO, Darcy. *Mestiço é que é bom!* Rio de Janeiro: Revan, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

\_\_\_\_\_. Por uma antropologia melhor e mais nossa. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 93-96, 1979.

\_\_\_\_\_. *Os índios e a civilização*. 2ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.

ROCA, Andrea. *Objetos albeios, histórias compartilhadas os usos do tempo em um museu etnográfico*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2008.

SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1969.

TAYLOR, Anne-Christine. L'Americanisme tropical: une frontière fossile de l'Ethnologie?. In: RUPP-EISENREICH, Britta (Org.). *Histoires de l'Anthropologie: (XVIe - XIXe siècles)*. Paris: Klincksieck, 1984.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

WHITE, Leslie A. *O conceito de cultura*. Trad. T. D. Carneiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Artigo apresentado em 11/01/2011. Aprovado em 29/10/2012.